

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002181-49.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Exibição - Liminar**  
 Requerente: **Débora Regina Somenzari de Abreu**  
 Requerido: **Oi Móvel S/A e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos

**DÉBORA** ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face de **ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o requerente, em síntese, que necessita de cópia dos demonstrativos nos quais constem todos os pagamentos efetuados pela requerente.

Com a inicial, vieram os documentos de fls. 09 e ss.

O banco requerido foi citado regularmente e apresentou os documentos às fls. 88/101.

**É O RELATÓRIO.****DECIDO.**

A presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos arquivados em repartição da requerida.

A requerida não negou o dever de exhibir, tampouco a existência dos

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

referidos documentos.

Após ser citada, compareceu e apresentou os documentos solicitados.

A autora tem legítimo interesse na aludida exibição, a pretexto de conferir e analisar a documentação assinada pelo falecido marido.

A presente decisão tem assim conteúdo meramente homologatório, uma vez que não houve resistência efetiva da requerida em face do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO POR SENTENÇA** a presente ação e deixo de condenar a requerida ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que não apresentou resistência ao pleito e porque a autora não comprovou nos autos ter solicitado a documentação administrativamente (nesses termos AgRg no AgRg no AREsp 613270/MS, julgado em 12/05/2015, da relatoria do Min. Antonio Carlos Ferreira).

Custas *ex lege*.

**P. R. I.**

São Carlos, 02 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**